

## 1. Contexto operacional

A Raia Drogasil S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo no segmento do Novo Mercado, sediada na capital de São Paulo.

A Companhia tem como atividade básica o comércio varejista de medicamentos, perfumarias, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos. As vendas são realizadas por meio de 967 lojas, distribuídas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Bahia, Mato Grosso do Sul e no Mato Grosso, conforme segue:

	<b>2013</b>
São Paulo	567
Minas Gerais	76
Rio de Janeiro	72
Goiás	62
Paraná	50
Distrito Federal	44
Santa Catarina	24
Espírito Santo	21
Rio Grande do Sul	19
Bahia	16
Mato Grosso do Sul	10
Mato Grosso	6
	<u>967 (*)</u>

(\*) A quantidade de lojas não faz parte do escopo de auditoria.

### **Incorporação da controlada Raia S.A.**

Em 30 de novembro de 2012, a Raia Drogasil S.A. incorporou sua controlada Raia S.A. em função de ambas as empresas possuírem similaridade em suas atividades, a incorporação do acervo líquido contábil da Controlada resultou em otimização dos processos e maximização dos resultados, concentrando em uma única estrutura organizacional todas as atividades comerciais, operacionais e administrativas de ambas as empresas. A incorporação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2012.

O acervo líquido de R\$ 614.544 incorporado, relativos aos ativos e passivos, assim representados:

<b>Saldos</b>	<b>30/11/2012</b>
<b>Ativos circulantes</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	70.478
Clientes	148.571
Tributos a recuperar	16.490
Estoques	468.378
Despesas do exercício seguinte	4.518
Outras contas a receber	69.538
	<u>777.973</u>
<b>Ativos não circulantes</b>	
Depósitos judiciais	5.585
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.435
Tributos a recuperar	3.323
	<u>30.343</u>
Imobilizado	208.637
Intangível	46.193
	<u>254.830</u>
<b>Total do ativo</b>	<u><u>1.063.146</u></u>
<b>Passivos circulantes</b>	
Fornecedores	(274.895)
Empréstimos e financiamentos	(23.157)
Salários e encargos sociais	(73.784)
Impostos, taxas e contribuições	(13.675)
Provisão para demandas judiciais	(1.690)
Outras contas a pagar	(25.343)
	<u>(412.544)</u>
<b>Passivos não circulantes</b>	
Empréstimos e financiamentos	(27.647)
Provisão para demandas judiciais	(4.376)
Outras obrigações	(4.035)
	<u>(36.058)</u>
<b>Total do passivo</b>	<u>(448.602)</u>
<b>Acervo Líquido</b>	<u>614.544</u>
<b>Acervo Líquido incorporado</b>	<u>(614.544)</u>
<b>Total</b>	<u><u>                    </u></u>

O ágio oriundo da aquisição da Raia S.A. no montante de R\$ 780.084 e os respectivos valores justos remanescentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos calculados no momento da combinação de negócios, anteriormente registrados na rubrica de Investimentos nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, foram reclassificados para a rubrica de Ativo Intangível (nota 9-b) na demonstração financeira da Controladora Raia Drogasil S.A., no momento da incorporação de sua Controlada Raia S.A., ou seja, em 30 de novembro de 2012.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras**

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de março de 2014.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais “R\$”, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da CVM e os CPC(s) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standard – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standard Board (“IASB”)*.

Considerando a relevância do acervo incorporado em 30 de novembro de 2012 da controlada Raia S.A. (mais detalhes encontram-se divulgados na Nota 1) e prezando pela correta e completa compreensão das demonstrações financeiras, a Companhia decidiu apresentar nestas demonstrações financeiras, baseado no seu entendimento das normas contábeis, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, consolidados relativo ao período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2012, e as respectivas notas explicativas, quando aplicável.

Até 30 de novembro de 2012 as demonstrações financeiras individuais da Companhia apresentavam a avaliação dos investimentos em Controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, estas demonstrações financeiras individuais não estavam em conformidade com o IFRS, que exige a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

As demonstrações financeiras incluem estimativas referentes à provisão para perdas nos estoques, provisões para créditos de liquidação duvidosa, valorização de instrumentos financeiros, prazos de depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013.

### 3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

- (a) As alterações da norma existente a seguir, aplicável à Companhia, foi editada e estava em vigor em 31 de dezembro de 2013, entretanto, não produziu impacto relevante sobre as informações trimestrais e/ou demonstrações financeiras da Companhia:

Pronunciamento ou interpretação	Principais exigências	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IFRS 13 (CPC 46)	Mensurações do Valor Justo	1º de janeiro de 2013

- (b) A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2014:

- (i) IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32: essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A Companhia não espera que essas revisões produzam impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

- (ii) Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidade de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. Esses pronunciamentos não são aplicáveis para à Companhia.

- (iii) IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39: essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Conforme divulgado na Nota 22, a Companhia não tem como política operar com instrumentos financeiros derivativos. Dessa forma, essa revisão não produzirá efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

- (c) A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2015:

- (i) IFRS 9 Instrumentos Financeiros - reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros, conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

- (ii) IFRIC 21 – Tributos- clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor e poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

#### **4. Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

##### **(a) Demonstrações consolidadas**

As demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixas e do valor adicionado incluem as informações financeiras da Companhia e de sua controlada direta Raia S.A. até a data de incorporação da controlada e foram elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e dispositivos legais aplicáveis.

Conforme anteriormente mencionado na Nota 2, em decorrência da incorporação integral da controlada direta Raia S.A. pela Companhia ocorrida em 30 de novembro de 2012, a apresentação do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 passou a não ser aplicável. As demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, contemplam 12 meses de resultado das operações da Controladora Raia Drogasil S.A. e 1 mês de resultado das operações da Controlada Raia S.A..

##### **(b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

##### **(c) Instrumentos financeiros**

###### **(i) Ativos financeiros**

Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas categorias de mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos mantidos até o vencimento e recebíveis. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

###### **(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na rubrica de resultado financeiro no período em que ocorrem.

## **(2) Ativos mantidos até o vencimento**

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado, usando o método da taxa de juros efetiva.

## **(3) Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses, após a data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes e as demais contas a receber.

## **(ii) Passivos financeiros**

### **Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus passivos financeiros na categoria de outros passivos financeiros. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao valor justo, acrescidos, no caso de empréstimos e financiamentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do passivo financeiro.

### **Outros passivos financeiros**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

## **(iii) Valor justo**

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo mediante técnicas de avaliação, a qual considera como referência o uso de operações recentes contratadas com terceiros. Na data do balanço, a Companhia avalia se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("*impairment*").

### **Hierarquia de valor justo**

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

#### **(d) Contas a receber**

As contas a receber ("Clientes") são avaliadas pelo montante original da venda deduzida das taxas de cartões de créditos, quando aplicável, e da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

#### **(e) Estoques**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda e a provisão para perdas com mercadorias.

Os descontos provenientes de acordos comerciais recebidos como redução no preço de compra dos estoques, são levados em consideração na mensuração do custo dos estoques, exceto aqueles que especificamente são recebidos como recuperação de despesas com vendas. Nesse sentido os valores recebidos como parte de acordos que visam reduzir o preço de compra dos estoques são apresentados como redutores do grupo de estoques e como redutores do custo das mercadorias vendidas quando da realização (venda) dos itens de estoques.

#### **(f) Impostos**

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas estabelecidas pela legislação do imposto de renda e da contribuição social que são 25% para imposto de renda e 9% para a contribuição social.

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado se não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

### **(g) Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais são apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. Os depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

### **(h) Imobilizado**

São apresentados ao custo histórico de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas de valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear ao longo da vida útil do ativo de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9-a. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Terrenos e edifícios compreendem o escritório central, centro de distribuição e algumas lojas próprias e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição acrescido de reavaliação ocorrida em outubro de 1987, com base em laudos de avaliação emitidos por peritos avaliadores independentes. O aumento no valor contábil resultante da reavaliação dos terrenos e edifícios foi contabilizado a crédito de reserva específica no patrimônio líquido, líquida do imposto de renda e da contribuição social diferidas.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado do exercício em que o ativo for baixado. Quando os ativos reavaliados forem destinados à venda, os valores incluídos na reserva de reavaliação, quando da alienação, serão contabilizados em lucros acumulados.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

### **(i) Intangíveis**

#### **(1) Ágio na aquisição de empresa**

O ágio apurado na aquisição do investimento na Drogaria Vison é anterior a 2009 e foi calculado como a diferença entre o valor da compra e o valor contábil do patrimônio líquido da empresa adquirida. O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. Até dezembro de 2008, o ágio era amortizado pelo prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, não superior a dez anos. A partir de janeiro de 2009, o ágio não foi mais amortizado e passou a ser testado anualmente em relação ao seu valor de recuperação, no nível da unidade geradora de caixa.

#### **(2) Ponto comercial**

Compreende cessão de ponto comercial adquirido na contratação de locação de loja, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 9-b, as quais levam em consideração os prazos dos contratos de locação, todos inferiores a quinze anos.

#### **(3) Licenças de uso ou desenvolvimento de sistemas de informática**

Licenças de programas de computador são demonstradas pelo valor de custo de aquisição e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 9-b.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares



identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 9-b.

Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

O período de amortização e o método de amortização para os ativos intangíveis de vida definida são revistos no mínimo ao final de cada exercício financeiro.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando estas ocorrem, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### **(j) Redução do valor recuperável de ativos ("*impairment*")**

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis de vida útil definida são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Já os ativos intangíveis de vida útil indeterminada, como *ágio*, têm o seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesas consistentes com a função do ativo afetado.

Para fins de avaliação do "*impairment*", os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC).

#### **(k) Arrendamentos**

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para estes arrendamentos são reconhecidos como despesa durante o período do arrendamento, observando-se o regime de competência. A Companhia não possui contratos de arrendamento classificados como financeiros.

#### **(l) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. As provisões para demandas judiciais são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis. As demandas avaliadas como estimativas de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e aquelas avaliadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas.

#### **(m) Benefícios a funcionários**

Os valores correspondentes aos benefícios a funcionários decorrentes do programa de participação nos resultados e gratificações são reconhecidos em conta passiva de salários e encargos sociais. Para ambos existe plano formal e os valores a serem pagos podem ser estimados razoavelmente, antes da

época da elaboração das informações, e são liquidados no curto prazo. A Companhia não possui planos de benefícios dos tipos: Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e/ou previdência do tipo benefício definido.

**(n) Programa de fidelidade**

A Companhia mantém um programa “Muito Mais Raia” de pontos por fidelidade dos clientes que permite a eles acumular créditos os quais podem ser utilizados pelos participantes para utilização em futuras compras de produtos.

As obrigações assumidas decorrentes do programa são registradas como receitas diferidas no passivo, e reconhecidas ao seu valor justo, que representa o preço estimado que a Companhia pagaria a um terceiro para assumir a obrigação dos créditos a serem utilizados em compras futuras.

As receitas diferidas são realizadas no resultado quando os créditos são utilizados pelos clientes. Os créditos não resgatados dentro do período do programa (cinco meses após o mês do acúmulo dos créditos) são baixados a resultado pela extinção da obrigação. A Companhia calcula a estimativa de utilização dos créditos com base em dados históricos.

**(o) Reservas de capital e de lucros**

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

A reserva estatutária está prevista no Estatuto Social com limite de 65% do lucro líquido do exercício, com a finalidade e objetivo de reforçar o capital de giro da Companhia.

**(p) Dividendo**

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da legislação societária.

Os dividendos superiores a esse limite são contabilizados em conta específica no patrimônio líquido denominada “Dividendo adicional proposto”, permanecendo assim até a deliberação na Assembleia Geral dos Acionistas.

Os valores oriundos da realização da reserva de reavaliação são base para determinação do dividendo mínimo obrigatório.

**(q) Juros sobre o capital próprio**

Os juros sobre o capital próprio, pagos ou provisionados, são contabilizados na rubrica “Despesas financeiras”, conforme determina a legislação fiscal. Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados da conta “Despesas financeiras” tendo como contrapartida a conta “Lucros acumulados”.

**(r) Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser medida de forma confiável. A receita é medida com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos incondicionais, abatimentos, impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. A receita de prestação de serviços é reconhecida na entrega dos serviços prestados.

**(s) Ajuste a valor presente**

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais do mercado. A Administração efetuou análise dos valores de ativo e passivo, não tendo identificado saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente seja aplicável e relevante para efeito das demonstrações financeiras.

**(t) Informações por segmento**

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão da entidade e para a tomada de decisões.

**(u) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração faz julgamentos e elabora estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que ocorreu a revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são apresentadas a seguir:

**(1) Impostos**

As estimativas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios ou com base em expectativas da obtenção de condições, como regimes especiais, que permitam a realização dos créditos. Consequentemente essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões.

**(2) Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativo, será determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esse método se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### (3) Redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável de acordo com as unidades geradoras de caixa. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 9-e.

### (4) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 11. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

### (v) Demonstrações do valor adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

### (w) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações do fluxo de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração do Fluxo de Caixa, emitido pelo CPC.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos	37.875	43.399
Certificado de depósitos bancários	64.181	7.766
Debêntures compromissadas	109.100	87.432
Depósito a prazo com garantia especial do FGC (Fundo Garantidor de Créditos)	<u>30.729</u>	<u>28.366</u>
	<u>241.885</u>	<u>166.963</u>

As aplicações em CDB - Certificado de Depósito Bancário, debêntures compromissadas e DPGE - Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - Fundo Garantidor de Créditos estão classificadas como “instrumentos financeiros mantidos para negociação” e são atualizadas por percentuais da variação do CDI, que reflete o valor de realização.

## 6. Clientes

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, por idade de vencimento:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
A vencer	365.350	325.694
Vencidas entre:		
1 e 30 dias	7.570	9.075
31 e 60 dias	340	798
61 e 90 dias	347	291
91 e 180 dias	577	624
181 e 360 dias	160	
Há mais de 360 dias	95	27
Provisão para créditos liquidação duvidosa	<u>(1.180)</u>	<u>(738)</u>
	<u>373.259</u>	<u>335.771</u>

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de aproximadamente 40 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia por esse motivo, não foram identificados saldos e transações para os quais o efeito do ajuste a valor presente fosse relevante.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	(738)	(650)
Adições	(3.175)	(778)
Adições por meio de incorporação da Raia S.A.		(57)
Reversões	<u>2.733</u>	<u>747</u>
Saldo final	<u>(1.180)</u>	<u>(738)</u>

As contas a receber são classificadas na categoria de ativos financeiros “Recebíveis” e, portanto, mensuradas de acordo com o descrito na Nota 4c-i-3.

## 7. Estoques

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Mercadorias de revenda	1.150.176	974.455
Materiais	8.624	9.854
Provisão para perdas nos estoques	<u>(26.180)</u>	<u>(10.913)</u>
Total dos estoques	<u>1.132.620</u>	<u>973.396</u>

Os estoques da Companhia estão apresentados pelo valor de custo.

A movimentação da provisão para perdas nos estoques está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	(10.913)	(2.456)
Adições	(26.938)	(1.622)
Adições por meio de incorporação da Raia S.A.		(8.225)
Reversões	<u>11.670</u>	<u>1.390</u>
Saldo final	<u>(26.180)</u>	<u>(10.913)</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o custo das mercadorias vendidas reconhecidas no resultado em relação às operações continuadas foi de R\$ 4.437.769 (R\$2.115.029 e no consolidado R\$ 3.863.361 - 2012).

O valor das baixas de estoques de mercadorias reconhecidas como perdas no exercício totalizaram R\$ 74.973 (R\$ 17.056 e no consolidado R\$ 24.718 - 2012), reconhecido em custo das mercadorias vendidas.

O efeito da constituição, reversão ou baixa da provisão para perdas com estoques de mercadorias é registrado na demonstração do resultado, sob a rubrica de “custo das mercadorias vendidas”.

## 8. Tributos a recuperar

	2013	2012
<b>Circulante</b>		
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - saldo credor	8.322	70.974
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias - ST		8.147
ICMS - Ressarcimento de ICMS retido antecipadamente (Portaria CAT 17/99)	22.234	10.889
ICMS - Sobre aquisições do ativo imobilizado	3.725	3.149
ICMS - Outros	205	502
PIS - Programa de integração social	1	5
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	2	24
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	3.642	2.463
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica		40
CSLL - Contribuição social sobre lucro líquido	527	56
INSS - Instituto nacional da seguridade social		67
	<u>38.658</u>	<u>96.316</u>
<b>Não circulante</b>		
ICMS - Sobre aquisições do ativo imobilizado	11.298	9.053
FINSOCIAL - Fundo de investimento social - 1982 - precatório	561	561
	<u>11.859</u>	<u>9.614</u>
<b>Total</b>	<u><u>50.517</u></u>	<u><u>105.930</u></u>

Os créditos de ICMS de R\$ 8.322 e R\$ 22.234 (R\$ 70.974 e R\$ 10.889 - Dez/2012) são oriundos de diferenciais de alíquotas de ICMS e ressarcimento do ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus Centros de Distribuição no Estado de São Paulo e Paraná, por ocasião do abastecimento de suas filiais localizadas em outros Estados da Federação.

A Companhia analisou a utilização dos créditos de ICMS e concluiu que os saldos credores serão consumidos no curto prazo.

## 9. Imobilizado e intangível

### a) Imobilizado

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado da Companhia:

<b>Custo</b>	<b>Terrenos</b>	<b>Edificações</b>	<b>Móveis, utensílios e instalações</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Veículos</b>	<b>Benfeitorias em imóveis de terceiros</b>	<b>Reformas e modernizações de lojas</b>	<b>Total</b>
Saldo em 1º de janeiro de 2012	24.637	32.662	64.910	33.321	10.596	100.767	10.174	277.067
Adições por meio de incorporação	3.088	729	127.238	48.794	7.890	234.891		422.630
Adições		8.228	29.218	26.975	2.566	47.958	2.487	117.432
Alienações		(4)	(1.901)	(8.173)	(28)	(14.919)	(976)	(26.001)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	27.725	41.615	219.465	100.917	21.024	368.697	11.685	791.128
Adições		438	48.684	22.560	2.285	120.172	1.107	195.246
Alienações			(3.913)	(732)	(2.109)	(107.695)	(1.813)	(116.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	27.725	42.053	264.236	122.745	21.200	381.174	10.979	870.112
<b>Depreciação acumulada</b>								
Taxas anuais médias de depreciação (%)		2,5 - 2,7	7,4 - 10	7,1 - 15,8	20 - 23,7	17 - 21,6	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2012		(14.374)	(19.806)	(17.857)	(4.991)	(40.261)	(4.652)	(101.941)
Adições por meio de incorporação		(191)	(57.571)	(28.886)	(2.256)	(125.089)		(213.993)
Adições		(921)	(7.804)	(5.207)	(2.550)	(24.867)	(2.190)	(43.539)
Alienações			1.096	6.452	5	14.138	976	22.667
Saldo em 31 de dezembro de 2012		(15.486)	(84.085)	(45.498)	(9.792)	(176.079)	(5.866)	(336.806)
Adições		(1.110)	(21.307)	(12.135)	(4.083)	(62.978)	(2.254)	(103.867)
Alienações			2.030	598	1.997	100.761	1.804	107.190
Saldo em 31 de dezembro de 2013		(16.596)	(103.362)	(57.035)	(11.878)	(138.296)	(6.316)	(333.483)
<b>Saldo líquido</b>								
Em 31 de dezembro de 2012	27.725	26.129	135.380	55.419	11.232	192.618	5.819	454.322
Em 31 de dezembro de 2013	27.725	25.457	160.874	65.710	9.322	242.878	4.663	536.629



## b) Intangível

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo intangível da Companhia:

	Ponto comercial	Licença de uso de software e implantação de sistemas	Ágio na aquisição de empresa (Vison)	Ágio na aquisição de empresa (Raia S.A.)	Marcas	Carteira de clientes	Outros ativos intangíveis	Total
<b>Custo</b>								
Saldo em 1º de janeiro de 2012	59.290	7.341	22.275					88.906
Adições por meio de incorporação	97.640	43.033		780.084	151.700	41.700	3.103	1.117.260
Adições	65.616	4.802					35	70.453
Alienações	(7.265)	(616)						(7.881)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	215.281	54.560	22.275	780.084	151.700	41.700	3.138	1.268.738
Adições	31.142	10.427					1.427	42.996
Alienações	(16.216)	(2)					(125)	(16.343)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	230.207	64.985	22.275	780.084	151.700	41.700	4.440	1.295.391
<b>Amortização acumulada</b>								
Taxas anuais médias de amortização (%)	17 - 23,4	20	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	Vida útil indefinida	6,7 - 25	20	
Saldo em 1º de janeiro de 2012	(22.845)	(6.116)	(2.387)					(31.348)
Adições por meio de incorporação	(27.859)	(20.388)				(9.923)	(607)	(58.777)
Adições	(13.383)	(1.376)				(764)	(10)	(15.533)
Alienações	7.118							7.118
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(56.969)	(27.880)	(2.387)			(10.687)	(617)	(98.540)
Adições	(37.308)	(8.286)				(9.160)	(115)	(54.869)
Alienações	8.544	2					11	8.557
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(85.733)	(36.164)	(2.387)			(19.847)	(721)	(144.852)
<b>Saldo líquido</b>								
Em 31 de dezembro de 2012	158.312	26.680	19.888	780.084	151.700	31.013	2.521	1.170.198
Em 31 de dezembro de 2013	144.474	28.821	19.888	780.084	151.700	21.853	3.719	1.150.539

### **c) Ágio na aquisição da Drogaria Vison Ltda**

O ágio no montante de R\$ 19.888 é referente à aquisição da empresa Drogaria Vison Ltda. em 13 de fevereiro de 2008 e incorporada às operações da Companhia a partir de 30 de junho de 2008.

O ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e com retorno estimado em sete anos, conforme avaliação elaborada por perito independente e foi amortizado no período de abril a dezembro de 2008. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio passou a não ser mais amortizado e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo (*"impairment"*).

### **d) Ágio na aquisição da Raia S.A.**

A Companhia apurou ágio no montante de R\$ 780.084 na combinação de negócios com a Raia S.A. o qual está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, decorrente da diferença entre os valores dos ativos cedidos e recebidos, com retorno esperado de cinco anos e meio. Conforme previsto no OCPC 02, a partir de 2009, o ágio não será amortizado contabilmente e, desde então, está sendo testado anualmente para fins de avaliação de recuperação do ativo (*"impairment"*).

### **e) Teste de perda por desvalorização do ágio e intangíveis com vida útil indefinida (*"impairment"*)**

A Companhia avaliou com base em 31 de dezembro de 2013 a recuperação do valor contábil do ágio originado pelas aquisições da Drogaria Vison e Raia S.A., ambas adquiridas por meio de combinações de negócios com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado alocado às respectivas unidades geradoras de caixa que deram origem aos respectivos ágios.

O valor recuperável das vendas efetuadas pelas unidades geradoras de caixa cuja aquisição originaram os ágios foram determinados por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Administração ao longo de um período de cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir as variações na demanda de produtos e serviços. A taxa de desconto, após os impostos, aplicada às projeções de fluxo de caixa é de 12,91% (13,35% - 2012).

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis (*"impairment"*).

### **Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso**

O cálculo do valor em uso para as referidas unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

#### **Receita de vendas e despesas**

Reajuste de preços de medicamentos e inflação das demais mercadorias comercializadas; e

Despesas com vendas são reajustadas de acordo com a previsão da inflação geral ou dos índices constantes dos contratos.

## **Margens brutas**

As margens brutas são baseadas nos valores do mês mais recente, de forma a evitar variações sazonais ou de condições do mercado. Essas margens são aumentadas nos períodos em que os reajustes dos preços dos medicamentos as afetam em razão dos estoques preexistentes.

## **Taxas de descontos**

A taxa de desconto reflete a atual avaliação de mercado, referente aos riscos relacionados à gestão dos recursos gerados pelas respectivas unidades geradoras de caixa.

## **Reajuste de preços de medicamentos**

As estimativas são obtidas com base nos reajustes históricos e nas expectativas do mercado farmacêutico.

## **Estimativas de taxas de crescimento**

São determinadas com base nos índices de mercado, no histórico de desempenho das unidades geradoras de caixa e nas expectativas futuras de performance avaliadas pela Administração da Companhia.

## 10. Empréstimos e financiamentos

Financiamento para aquisição de	Taxa média anual de juros de longo prazo	2013	2012
<b>BNDES - FINAME</b>			
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 3,62% (+ 3,62% - Dez/2012) a.a.		79
Empreendimentos	TJLP + 3,70% (+ 3,80% - Dez/2012) a.a.	266	1.864
<b>BNDES - FINEM</b>			
Empreendimentos	TJLP + 2,76% (+ 2,70% - Dez/2012) a.a.	16.298	34.572
Empreendimentos	IPCA + 7,51% + 1,46% (+ 7,50% + 1,51% - Dez/2012) a.a.	17.734	24.939
Máquinas e equipamentos	TJLP + 2,07% (+ 1,91% - Dez/2012) a.a.	816	2.072
Máquinas e equipamentos	IPCA + 7,44% + 2,30% (+ 7,44% + 2,30% - Dez/2012) a.a.		2.063
<b>BNDES - Subcrédito</b>			
Empreendimentos	TJLP + 3,04% (+ 3,40% - Dez/2012) a.a.	106.168	62.857
Empreendimentos	SELIC + 2,37% (+ 2,36% - Dez/2012) a.a.	33.552	16.938
Máquinas, equipamentos e veículos	Pré fixado 3,18% ( 3,84% - Dez/2012) a.a.	11.568	9.184
Máquinas, equipamentos e veículos	TJLP + 1,79% (+ 1,79% - Dez/2012) a.a.	2.524	3.390
Capital de giro	TJLP + 4,15% (+ 4,15% - Dez/2012) a.a.	4.017	6.312
Capital de giro	SELIC + 3,07% (+ 3,06% - Dez/2012) a.a.	51.882	27.902
		<u>244.825</u>	<u>192.172</u>
Passivo circulante		<u>(83.944)</u>	<u>(60.712)</u>
Passivo não circulante		<u>160.881</u>	<u>131.460</u>

Nas operações de FINAME foram oferecidos como garantia os próprios bens financiados, enquanto parte das operações de FINEM tiveram como garantia fianças bancárias.

Os financiamentos junto ao BNDES têm como finalidade a expansão de lojas, aquisição de máquinas/equipamentos, veículos e financiar o capital de giro.

Os contratos permitem, a qualquer tempo, substituir a fiança bancária por outra fiança de instituição de primeira linha.

A Companhia tem parte dos financiamentos junto ao BNDES substancialmente contratados na modalidade de subcréditos, totalizando R\$ 214.206 (R\$ 139.161 - Dez/2012) condicionados ao cumprimento de duas cláusulas restritivas (“covenants”):

- (i) Margem EBITDA ajustado (EBITDA ajustado/Receita operacional líquida): igual ou superior a 3,6%; e
- (ii) Dívida total líquida/Ativo total: igual ou inferior a 20%.

A mensuração dos “covenants” é anual e, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não houve descumprimento às referidas exigências.

Caso essas exigências não fossem cumpridas, a Companhia daria ao BNDES fiança bancária para garantir o cumprimento do contrato.

A Companhia não possui contratos condicionados ao cumprimento de “covenants” não financeiros.

Os montantes a longo prazo têm o seguinte fluxo de pagamento:

	<b>2013</b>
2015	14.410
2016	74.075
2017	40.779
2018	25.958
2019	5.659
	<u>160.881</u>

## 11. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributárias, cíveis e trabalhistas. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava os seguintes passivos e correspondentes depósitos judiciais relacionados às demandas judiciais:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Trabalhistas e previdenciárias	12.668	9.729
Tributárias	457	454
Cíveis	4.801	4.887
	<u>17.926</u>	<u>15.070</u>
Depósitos judiciais correspondentes	(4.993)	(1.220)
Total	<u>12.933</u>	<u>13.850</u>
Passivo circulante	(4.912)	(4.129)
Passivo não circulante	8.021	9.721

A movimentação da provisão está demonstrada, conforme segue:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Saldo inicial	<u>13.850</u>	<u>2.106</u>
Adições por meio de incorporação da Raia S.A.		6.066
Adições	8.681	4.719
Baixas	(4.650)	(1.807)
Reavaliação dos valores	(4.295)	(589)
Atualizações monetárias	3.120	3.053
Depósitos para defesas e recursos judiciais	(3.773)	302
Saldo final	<u>12.933</u>	<u>13.850</u>

A provisão para demandas judiciais levou em consideração a melhor estimativa de valores, para os casos em que os advogados externos e internos entendem que são prováveis as expectativas de perdas, estando parcela de alguns dos pleitos garantida por depósitos em juízo ou bens dados em penhora (Nota 19).

### **Perdas possíveis**

A Companhia, em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis no montante de R\$ 41.417 (R\$ 25.074 - Dez/2012).

### **Depósitos judiciais**

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresentava os seguintes valores de depósitos judiciais para os quais não haviam provisões correspondentes:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Trabalhistas e previdenciárias	3.005	3.728
Tributárias	7.135	6.637
Cíveis	623	645
Total	<b>10.763</b>	<b>11.010</b>

### **Contingências trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a processos de ex-funcionários questionando o recebimento de horas extras e verbas rescisórias não pagas. A Companhia possui ainda ações oriundas da Raia. S.A. movidas por ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reivindicando vínculo empregatício diretamente com a Companhia ou a condenação subsidiária desta no pagamento dos direitos trabalhistas reclamados. Existem ainda, ações movidas por sindicatos de classe reivindicando contribuições sindicais em razão da discussão da legitimidade da base territorial.

### **Contingências tributárias**

Representadas por multas administrativas, diferença de alíquota em transferências interestaduais e execuções fiscais.

### **Contingências cíveis**

A Companhia figura como ré em ações que discutem questões usuais e peculiares decorrentes da atividade que pratica, sendo na sua grande maioria ações de indenização por danos materiais e morais decorrentes das relações de consumo, como pedidos de indenização por protesto indevido de títulos e de relações de consumo.

## 12. Imposto de renda e contribuição social

### (a) Imposto de renda e contribuição social efetivos

O imposto de renda e contribuição social efetivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, referem-se a:

	<b>Raia Drogasil S.A.</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda	139.387	140.837	158.074
Juros sobre o capital próprio	(38.900)	(40.000)	(40.000)
Lucro tributável	100.487	100.837	118.074
Alíquota composta (imposto de renda - 25% e contribuição social - 9%)	34	34	34
Despesa teórica	(34.166)	(34.285)	(40.145)
Adições permanentes	(2.107)	(1.055)	(1.108)
Equivalência patrimonial		(2.182)	
Redução do imposto por incentivos	203	1.540	1.669
Perda do benefício de prejuízo fiscal por incorporação			(13.230)
Processo de destruição de mercadorias	(2.172)		
Outros	(160)		(405)
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(38.402)	(35.982)	(53.219)
Alíquota efetiva (%)	27,6	25,5	33,7

### (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo no montante de R\$ 38.314 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 29.970 - Dez/2012), são decorrentes de despesas não dedutíveis temporariamente para os quais não há prazo para prescrição, com realização prevista, conforme divulgado abaixo no item (c).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo no montante de R\$ 132.294 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 93.991 - Dez/2012), estão representados pelos encargos tributários incidentes sobre os saldos remanescentes: (i) da reserva de reavaliação; (ii) do ágio sobre a rentabilidade futura.

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 referem-se a:

	<b>Balço patrimonial</b>		<b>Raia Drogasil S.A.</b>		<b>Consolidado</b>
			<b>Resultado</b>		<b>Resultado</b>
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>
Reavaliações a valor justo de terrenos e edificações	(7.449)	(7.545)			
Amortização do ágio sobre a rentabilidade futura	(51.842)	(7.953)	(43.889)	(4.662)	(4.662)
Mais-valia de intangíveis - incorporação da Raia S.A.	(73.003)	(78.493)	5.490	457	6.037
Outros	(1.969)	(1.765)	(204)	(32)	(32)
Provisão para demandas judiciais	6.095	5.055	1.040	1.760	2.560
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.590	1.572	18	220	1.132
Provisão para gratificações por liberalidade		2.506	(2.506)	(814)	1.588
Provisão para gratificações da diretoria	1.636	376	1.260	(335)	(335)
Provisão para campanhas internas	523		523	(401)	(401)
Provisão para obsolescência no estoque	8.900	3.710	5.190	78	2.009
Provisão para programa de participação no resultado	2.955	1.795	1.160	605	605
Ágio sobre rentabilidade Drogaria Vison	365	366	(1)		
Obrigações provisionadas diversas	5.191	2.080	3.111	1.660	1.660
Prejuízo fiscal a compensar com lucros tributáveis futuros	5.934		5.934		(16.108)
Provisão para despesas extraordinárias	101	1.688	(1.587)	(195)	331
Provisão para perda em empréstimo funcionários					(1.199)
Benefício fiscal do ágio decorrente de incorporação	6.993	12.587	(5.594)	(465)	(5.593)
<b>Despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			<b>(30.055)</b>	<b>(2.124)</b>	<b>(12.408)</b>
<b>Ativo (passivo) fiscal diferido, líquido</b>	<b>(93.980)</b>	<b>(64.021)</b>			
<b>Reconciliação do ativo (passivo) fiscal diferido, líquido</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>			
<b>Saldo inicial</b>	<b>(64.021)</b>	<b>(4.484)</b>			
Adições por meio da incorporação da Raia S.A.		(57.515)			
Receita tributável reconhecida no resultado	(30.055)	(2.124)			
Realização de imposto diferido reconhecida no patrimônio líquido	96	102			
<b>Saldo final</b>	<b>(93.980)</b>	<b>(64.021)</b>			



**(c) Estimativa de recuperação dos créditos de imposto de renda e contribuição social**

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com a *performance* da Companhia, assim como o comportamento do seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os resultados reais podem divergir das estimativas adotadas. De acordo com essas projeções, o crédito tributário no montante de R\$ 38.314, será realizado substancialmente até o final do exercício de 2014.

**(d) Instrução Normativa da RFB 1.397 de 12 de novembro de 2013 (Medida Provisória 627)**

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa da RFB 1.397(IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627,destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

### 13. Lucro por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<b>Raia Drogasil S.A.</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>
<b>Básico</b>			
Lucro líquido	100.985	104.855	104.855
Média ponderada do número de ações ordinárias	330.386	330.386	330.386
<b>Lucro por ação em R\$ - básico</b>	<b>0,30566</b>	<b>0,31737</b>	<b>0,31737</b>
<b>Diluído</b>			
Lucro líquido	100.985	104.855	104.855
Média ponderada do número de ações ordinárias	330.386	330.386	330.386
Média ponderada do número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	330.386	330.386	330.386
<b>Lucro por ação em R\$ - diluído</b>	<b>0,30566</b>	<b>0,31737</b>	<b>0,31737</b>

Não foram identificados efeitos dilutivos a serem considerados no resultado do exercício de 2013 e 2012, sendo iguais os lucros de ações básico e diluído.

### 14. Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social, totalmente integralizado no valor de R\$ 908.639, representado por 330.386.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais a quantidade de ações em circulação era de 192.804.770 unidades (184.715.125 unidades em 31 de dezembro de 2012).

O estatuto social da Companhia autoriza, mediante deliberação do Conselho de Administração, o aumento do capital social até o limite de 400.000.000 ações ordinárias.

A movimentação no número de ações em circulação da Companhia está demonstrada a seguir:

	<b>Ações em circulação</b>
Posição em 31 de dezembro de 2012	184.715.125
Vendas de ações vinculadas	8.089.645
Posição em 31 de dezembro de 2013	192.804.770

Em 31 de dezembro de 2013, as ações ordinárias da Companhia estavam cotadas em R\$ 14,78 (fechamento do dia).

**(b) Remuneração aos acionistas**

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado. O cálculo do dividendo proposto, incluindo a parcela atribuída como juros sobre o capital próprio, está demonstrado a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	100.985	104.855
Realização da reserva de reavaliação no exercício	186	198
Base de cálculo do dividendo (a)	<u>101.171</u>	<u>105.053</u>
Dividendo mínimo obrigatório, conforme previsão estatutária (25%)	<u>25.293</u>	<u>26.263</u>
Dividendo proposto		
Juros sobre o capital próprio proposto	38.900	40.000
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	<u>(5.309)</u>	<u>(5.500)</u>
Remuneração líquida de imposto de renda retido na fonte (b)	<u>33.591</u>	<u>34.500</u>
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	<u>8.298</u>	<u>8.237</u>
% distribuído sobre a base de cálculo do dividendo (b ÷ a)	<u>33,20</u>	<u>32,84</u>

Foram apropriados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 38.900 (R\$ 40.000 - 2012), obedecida a limitação da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, nos exercícios de 2013 e de 2012, e de acordo com os limites de dedutibilidade da despesa para fins de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido nos termos da Lei nº 9.249/95.

A movimentação das obrigações com dividendo e juros sobre capital próprio está demonstrada a seguir:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo inicial	5.451	3.662
Adições	33.530	36.001
Pagamentos	(29.339)	(34.081)
Baixas	<u>(178)</u>	<u>(131)</u>
Saldo final	<u>9.464</u>	<u>5.451</u>

## 15. Receita líquida de vendas

	<b>Raia Drogasil S.A.</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>
Receita bruta de vendas			
Receita de vendas de mercadorias	6.455.070	3.095.066	5.586.139
Receita de serviços prestados	9.033	4.883	7.697
	<u>6.464.103</u>	<u>3.099.949</u>	<u>5.593.836</u>
Impostos incidentes sobre vendas	(197.812)	(109.292)	(179.566)
Devoluções	(33.372)	(14.609)	(33.542)
Receita líquida de vendas	<u>6.232.919</u>	<u>2.976.048</u>	<u>5.380.728</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de ICMS com alíquotas entre 17% e 18% preponderantemente, ISS com alíquota de 5% e contribuições relacionadas ao PIS (1,65%), COFINS (7,65%).

## 16. Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	<b>Raia Drogasil S.A.</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>
Custo das mercadorias vendidas	(4.512.743)	(2.132.085)	(3.888.079)
Despesas com pessoal	(803.348)	(354.800)	(688.965)
Despesas com prestadores de serviços	(73.741)	(37.712)	(64.365)
Depreciação e amortização	(158.736)	(59.072)	(124.327)
Outras (i)	(487.451)	(218.533)	(420.450)
	<u>(6.036.019)</u>	<u>(2.802.202)</u>	<u>(5.186.186)</u>

### Classificado na demonstração do resultado como:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>
Custo das mercadorias vendidas	(4.512.743)	(2.132.085)	(3.888.079)
Com vendas	(1.188.077)	(529.962)	(1.002.330)
Gerais e administrativas	(176.463)	(81.083)	(171.450)
Depreciações e amortizações	(158.736)	(59.072)	(124.327)
	<u>(6.036.019)</u>	<u>(2.802.202)</u>	<u>(5.186.186)</u>

(i) Referem-se, principalmente, a gastos com aluguéis de imóveis, taxas de administração de cartões de crédito e débito, contas de consumo, materiais de uso e consumo e condomínios.

## 17. Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais totalizaram no exercício de 2013 um montante de R\$ 47.066 (R\$ 24.442 e no consolidado R\$ 33.918 - 2012). Estes montantes são compostos por despesas não recorrentes, em sua grande maioria, geradas em função do processo de fusão da Companhia e por gratificação paga a membros da Administração.

## 18. Receitas e despesas financeiras

### (a) Receitas financeiras

	<b>Raia Drogasil S.A.</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>
Descontos obtidos	555	88	487
Rendimentos de aplicações financeiras	8.204	8.523	14.720
Juros recebidos	154	92	92
Variações monetárias ativas	945	383	1.049
Outras receitas financeiras	5	4	4
Total das receitas financeiras	9.863	9.090	16.352

### (b) Despesas financeiras

	<b>Raia Drogasil S.A.</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>
Descontos concedidos a clientes	(3)		
Juros, encargos e taxas bancárias	(2.182)	(1.111)	(1.811)
Encargos sobre financiamentos e empréstimos	(17.338)	(9.933)	(15.859)
Variações monetárias passivas	(787)	(194)	(1.232)
Total das despesas financeiras	(20.310)	(11.238)	(18.902)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(10.447)</b>	<b>(2.148)</b>	<b>(2.550)</b>

## 19. Garantias processuais

Foram oferecidos em garantia de processos tributários, previdenciários e trabalhistas os seguintes ativos imobilizados:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Móveis e instalações	108	155
Máquinas e equipamentos	126	217
Veículos		10
	234	382

## 20. Compromissos assumidos com contratos de aluguel

A Companhia possui contratos de aluguel por período variável de tempo, com prazos de vigência entre um e vinte anos. Os gastos com aluguéis variam de acordo com a assinatura de novos contratos ou rescisão de contratos. O gasto total mensal com esses contratos de aluguel (incluindo aluguel, condomínio e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU) foram de R\$ 19.163 (R\$ 17.048 - Dez/2012) para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os pagamentos mínimos futuros dos aluguéis de lojas (arrendamentos mercantis canceláveis) estão demonstrados a seguir:

Entre:	2013	2012
1 e 12 meses	165.421	145.269
13 e 60 meses	401.971	356.111
Após 60 meses	159.110	130.953
	<u>726.502</u>	<u>632.333</u>

## 21. Instrumentos financeiros e política para gestão de riscos

O valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, conforme demonstrado nas tabelas abaixo, se aproxima do seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado, as quais são classificadas como “nível 1”, conforme Nota 4c-iii.

### Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber:

	2013	2012
<b>Valor justo por meio do resultado - mantidos para negociação</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	241.885	166.963
	<u>241.885</u>	<u>166.963</u>
<b>Recebíveis</b>		
Contas a receber (Nota 6)	373.259	335.771
Outras contas a receber	108.953	116.772
	<u>482.212</u>	<u>452.543</u>
<b>Total</b>	<u>724.097</u>	<u>619.506</u>

## Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros são as contas a pagar com fornecedores, os empréstimos e financiamentos e as demais contas a pagar:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Outros passivos financeiros</b>		
Fornecedores	671.455	575.587
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	244.825	192.172
Outras contas a pagar	<u>72.181</u>	<u>91.058</u>
<b>Total</b>	<u>988.461</u>	<u>858.817</u>

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, tais como risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e operacionais e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

### (a) Risco de mercado

#### Risco cambial

Todas as operações ativas e passivas da Companhia são realizadas em Reais (R\$), não existindo risco em função de variações cambiais.

#### Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de taxas de juros refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas variáveis. A Administração da Companhia entende que o único risco refere-se ao descasamento do financiamento do BNDES (R\$ 17.734) em IPCA + juros, contra a aplicação em CDI.

A maioria das operações junto ao BNDES é contratada com base na TJLP + juros e na taxa SELIC. As aplicações financeiras são contratadas com base na variação do CDI, o que não acarreta grandes riscos em relação à taxa de juros, pois suas variações não são relevantes. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

## **(b) Risco de crédito**

Os riscos de crédito estão relacionados aos nossos ativos financeiros, que são o caixa e equivalentes de caixa, as aplicações financeiras e as contas a receber.

O caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras são movimentados somente com instituições financeiras de reconhecida solidez.

A concessão de crédito nas vendas de mercadorias segue uma política que visa minimizar a inadimplência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as vendas com recebimento a prazo representaram 47%, sendo que desse total 88% são relativas a vendas com cartão de crédito, que, na opinião da Companhia e com base no histórico de perdas, são de baixíssimo risco. Os outros 12% que são créditos com Programas de Benefícios de Medicamentos ("PBM's"), convênios e cheques pré-datados, são de pequeno risco, dada a seletividade dos clientes e a adoção de limites individuais.

## **(c) Risco de liquidez**

A Administração da Companhia acompanha continuamente as previsões de liquidez necessárias para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é aplicado em ativos financeiros com vencimentos apropriados de forma a garantir liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações.

## **(d) Análise de sensibilidade**

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que podem eventualmente gerar prejuízos.

O cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração considera um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

<b>Operação</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I (provável)</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
Aplicações financeiras - CDI	Acréscimo de 0,5%	1.020	1.275	1.530
Receita		1.020	1.275	1.530
Financiamentos BNDES (IPCA + juros)	Descasamento de 1%	177	221	266
REFIS (SELIC)	Acréscimo de 0,5%	9	11	14
Despesa		186	232	280

A Administração não considera provável que o risco de alteração na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), às quais estão sujeitas as operações com BNDES, possam gerar prejuízos materiais para a Companhia.



### (e) Gestão de capital

O objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno adequado aos seus acionistas.

A Companhia tem como política não alavancar sua estrutura de capital com empréstimos e financiamentos, exceção feita a linhas de longo prazo do BNDES (FINEM/FINAME), com taxas adequadas aos níveis de rentabilidade da empresa.

Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta do somatório dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstramos abaixo:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Financiamentos	244.825	192.172
Caixa e equivalentes de caixa	(241.885)	(166.963)
Dívida líquida	<u>2.940</u>	<u>25.209</u>
Patrimônio líquido	2.326.983	2.264.659
Índice de alavancagem financeira (%)	<u>0,13</u>	<u>1,11</u>

### (f) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 60 dias.

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são as habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB e debêntures compromissadas (Nota 5) e classificadas como valor justo por meio do resultado, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

## 22. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política não operar com instrumentos financeiros derivativos.

## 23. Transações com partes relacionadas

(a) As transações com partes relacionadas consistem em operações com acionistas da Companhia e pessoas vinculadas a estes, os quais realizaram as seguintes transações:

		Relacionamento	Raia Drogasil S.A.		Consolidado
			Ativo Circulante	Receitas	Receitas
			2013	2012	2013
					2012
Valores a receber					
Convênios (i)					
Regimar Comercial S.A.		Acionista/Família	9	8	65
Heliomar S.A.		Acionista/Membro do Conselho de Administração	1	1	9
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.)		Acionista/Família			11
(iii)				2	1
			10	9	76
				81	82
Locações de espaço em lojas (i)					
Enox Publicidade S.A.		Acionista/Membro do Conselho de Administração		19	101
				19	101
			10	28	76
				182	183

		Relacionamento		Raia Drogasil S.A.		Consolidado
		Passivo Circulante		Despesas		Despesas
		2013	2012	2013	2012	2012
Valores a pagar						
Aluguéis (ii)						
Heliomar S.A.	Acionista/Membro do Conselho de Administração	13	14	160	157	157
Antonio Carlos Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração	5	5	65	6	59
Rosalia Pipponzi Raia	Acionista/Membro do Conselho de Administração	5	5	65	6	59
Espólio de Franco Maria David Pietro Pipponzi	Acionista/Membro do Conselho de Administração	5	5	65	6	59
		28	29	355	175	334
Fornecedores de serviços (ii)						
Capullo Publicidade Ltda.	Acionista/Família		61	322	891	891
desde Ago/12 (Tulipa até Jul/12)						
Zurcher, Ribeiro Filho, Pires Oliveira Dias e Freire - Advogados	Acionista/Família	45	61	2.661	1.365	1.365
Associação Obra do Berço (Literat Editora Ltda.) (iii)	Acionista/Família			1.042		
Rodrigo Wright Pipponzi (Editora Mol Ltda.) (iii)	Acionista/Família	131	267	5.920	375	4.325
		176	389	9.945	2.631	6.581
		204	418	10.300	2.806	6.915

- (i) Vendas realizadas por convênios e contratos de locação de espaço em lojas. Essas transações são firmadas em condições comerciais equivalentes às praticadas com outras empresas.
- (ii) Aluguel de lojas, fornecimento de serviços de *marketing* e assessoria jurídica. Essas transações são contratadas em condições usuais de mercado.
- (iii) Os saldos e as transações referem-se a contratos de prestação de serviços relacionados à elaboração, criação e produção de materiais de divulgação da área de vendas institucionais e concepção de revista mensal de circulação interna da Companhia. Os contratos têm prazo indeterminado e podem ser rescindidos por qualquer uma das partes sem custo ou penalidade.

Adicionalmente, informamos que não existem outras transações adicionais, que não os próprios valores apresentados acima e que a categoria das partes relacionadas é de pessoal-chave da Administração da entidade.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração.

O pessoal-chave da Administração compreende os Diretores, Conselheiros de Administração e Fiscal. A remuneração paga ou a pagar por serviços prestados está demonstrada a seguir:

	<b>Raia Drogasil S.A.</b>		<b>Consolidado</b>
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2012</b>
Proventos e encargos sociais	10.637	5.709	8.707
Gratificações e encargos sociais	15.634	10.692	11.996
Reversão da provisão de gratificações	(4.753)	(7.873)	(7.873)
	<u>21.518</u>	<u>8.528</u>	<u>12.830</u>

## 24. Cobertura de seguros

A Companhia tem a política de manter apólices de seguros em montantes considerados suficientes, para cobrir eventuais sinistros que possam atingir seu patrimônio ou responsabilidade civil a ela imputada. Considerando-se a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros, a Companhia mantinha as seguintes coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2013:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Riscos com perdas em estoques	106.878	98.541
Bens do ativo permanente	121.522	100.858
Lucros cessantes	24.100	24.100
Riscos de responsabilidade civil	12.423	10.474
	<u>264.923</u>	<u>233.973</u>

## 25. Transações não envolvendo caixa

No exercício de 2013, não houve transações não envolvendo caixa na Companhia.